ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E OS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS SOBRE TROCA E PROTEÇÃO MÚTUA DE INFORMAÇÃO CLASSIFICADA E MATERIAL

A República Federativa do Brasil,

e

Os Emirados Árabes Unidos ,
doravante referidas em conjunto como "Partes", ou, individualmente, como "Parte",

No interesse da segurança nacional e com a finalidade de assegurar a proteção das Informações Classificadas e de Material trocados dentro da esfera de tratados de cooperação ou contratos firmados entre as Partes, seus indivíduos, órgãos e entidades credenciados, bem como entidades públicas ou privadas;

Desejando estabelecer um conjunto de regras e procedimentos sobre a proteção de Informações Classificadas e Materiais de acordo com as leis e regulamentos nacionais das Partes;

Confirmando que este Acordo não afetará os compromissos de ambas as Partes, decorrentes de outros acordos internacionais, e que não será utilizado contra os interesses, a segurança e a integridade territorial de outros Estados,

acordam o seguinte:

Artigo I
Objeto e escopo de aplicação

O presente Acordo estabelece regras e procedimentos para a proteção de Informações Classificadas e Material trocados e gerados no processo de cooperação, em relação a seus interesses e segurança nacionais, entre as Partes anteriormente mencionadas, seus indivíduos, agências e entidades credenciadas.

Artigo II
Definições

Para os efeitos do presente Acordo, o termo:

a) Contrato Classificado: significa qualquer contrato ou subcontrato incluindo as negociações pré-contratuais, entre dois ou mais Contratantes que criem

e definam direitos e obrigações aplicáveis entre eles, que contenha ou preveja o acesso à Informação Classificada;

b) Informação Classificada: significa a informação, independentemente da sua forma, natureza e meio de transmissão, determinada de acordo com as respectivas Leis e Regulamentos de ambas as Partes, protegida contra acesso ou divulgação não autorizados, que tenha sido classificada e for trocada ou gerada pelas partes;

c) Comprometimento: designa qualquer forma de uso indevido, dano ou acesso não autorizado, alteração, divulgação ou destruição de Informação Classificada, bem como qualquer outra ação ou inação, devido a uma quebra de segurança, resultando em perda de sua confidencialidade, integridade, disponibilidade ou autenticidade;

d) Contratante: significa um indivíduo, agência ou entidade que possui capacidade legal para celebrar contratos;

e) Habilitação de Segurança de Instalação (FSC): significa uma habilitação fornecida pela Autoridade Nacional de Segurança de uma Parte que uma entidade pública ou privada localizada em seu país está autorizada e possui medidas de segurança apropriadas dentro de uma instalação específica para o Tratamento de Informações Classificadas, de acordo com as leis e regulamentos nacionais;

f) Autoridade Nacional de Segurança (NSA): designa o órgão de Estado especificado pela legislação nacional das Partes, especialmente autorizado na esfera de proteção de Informação Classificada;

g) Necessidade de Conhecer: designa a condição pela qual o acesso à Informação Classificada pode ser concedido a um indivíduo que tenha um requisito verificado para conhecimento ou posse de tais informações, a fim de ser capaz de desempenhar funções e tarefas oficiais;

h) Parte de Origem: significa a Parte, incluindo quaisquer entidades públicas ou privadas sob sua jurisdição, que criou a informação classificada;

i) Credencial de Segurança Pessoal (PSC): significa a autorização fornecida pela Autoridade de Segurança Nacional de uma Parte de que um indivíduo tenha sido credenciado para o Tratamento de Informações Classificadas, de acordo com suas leis e regulamentos nacionais; onde o indivíduo está autorizado a ter acesso e a lidar com as Informações Classificadas até o nível definido na autorização;

j) Parte Receptora: significa a Parte, incluindo quaisquer entidades públicas ou privadas sob sua jurisdição, que recebe Informação Classificada;

k) Violação de Segurança: significa a ação ou omissão, seja intencional ou acidental, que resulta no real ou possível comprometimento da Informação Classificada;

l) Nível de Classificação de Segurança: significa a categoria, de acordo com as leis e regulamentos nacionais das Partes, que caracteriza a importância da Informação Classificada, o nível de restrição de acesso a ela e o nível de sua proteção pelas Partes, e também a categoria com base na qual a informação é marcada;

m) Credenciamento de Segurança: designa o processo de emissão de um FSC ou PSC pela Autoridade Nacional de Segurança, em conformidade com as leis e regulamentos nacionais das Partes;

n) Terceira Parte: designa os Estados, qualquer organização internacional, governos ou indivíduos que representam órgãos ou organizações estaduais, incluindo quaisquer entidades públicas e privadas, que não sejam Partes deste Acordo;

o) Tratamento da Informação Classificada: designa um conjunto de ações relacionadas à produção, recepção, classificação, uso, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, descarte, avaliação, destino ou controle de Informação Classificada em qualquer Nível de Classificação de Segurança; e

p) Visita: significa qualquer acesso a entidade pública ou privada, para efeitos do presente Acordo, que inclua o Tratamento de Informação Classificada.

Artigo III

Níveis de Classificação de Segurança

1. De acordo com as leis e regulamentos nacionais, as Partes concordam que os Níveis de Classificação de Segurança devem corresponder entre si da seguinte forma e são considerados equivalentes:

Nos Emirados Árabes Unidos (linguagem correspondente)	**Equivalente em Inglês**	**Na República Federativa do Brasil** (Português)
سري للغاية	Top Secret	ULTRASSECRETO
سري	Secret	SECRETO
مكتوم	Confidential	
محظور	Restricted	RESERVADO

2. Qualquer Informação Classificada fornecida sob este Acordo deverá ser marcada com o Nível de Classificação de Segurança apropriado de acordo com as leis e regulamentos nacionais da Parte Originadora.

3. As Partes deverão identificar toda Informação Classificada recebida da outra Parte com um Nível de Classificação de Segurança equivalente, de acordo com o parágrafo 1 deste Artigo.

4. As Partes notificar-se-ão mutuamente sobre quaisquer alterações aos Níveis de Classificação de Segurança especificados no parágrafo 1 e sobre todas as alterações de classificação subsequentes à Informação Classificada transmitida.

5. A Parte de Origem deverá notificar a Parte Receptora, sem atrasos, sobre quaisquer mudanças no Nível de Classificação de Segurança das Informações Classificadas transmitidas.

Artigo IV

Proteção da Informação Classificada

1. As Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que o nível de proteção concedido à Informação Classificada recebida esteja de acordo com o Nível de Classificação de Segurança equivalente ao estabelecido no Artigo III deste Acordo;

2. Nenhuma disposição do presente Acordo prejudica a legislação ou regulamentação nacional das Partes no que diz respeito aos direitos das pessoas físicas de obterem acesso a documentos públicos ou acesso a informação de caráter público, à proteção de dados pessoais ou à proteção de Informação Classificada;

3. De acordo com as leis e os regulamentos nacionais, cada Parte deverá assegurar que sejam implementadas medidas apropriadas para tratamento e proteção da Informação Classificada.

Artigo V

Divulgação e uso da Informação Classificada

1. Cada Parte deverá assegurar que a Informação Classificada fornecida ou trocada sob o presente Acordo não será:

a) desclassificada ou reclassificada com nível de sigilo inferior, sem o prévio consentimento por escrito da Parte de Origem;

b) utilizada para fins diferentes dos estabelecidos pela Parte de Origem;

c) divulgada a qualquer Terceira Parte sem o consentimento prévio por escrito da Parte de Origem. Neste caso, deve vigorar um acordo apropriado ou contrato para proteção da Informação Classificada com a referida Terceira Parte.

Artigo VI

Acesso à Informação Classificada

1. Cada Parte deverá assegurar que o acesso à informação classificada somente será concedido com base no princípio da "Necessidade de Conhecer".

2. Cada Parte deverá assegurar que todos os indivíduos que tiverem acesso à Informação Classificada estejam informados da sua responsabilidade de proteção dessas informações, de acordo com as normas de segurança em vigor.

3. As Partes deverão assegurar que o acesso à Informação Classificada somente será concedido aos indivíduos que possuam uma Credencial de Segurança Pessoal apropriada ou que estejam devidamente autorizados por força das suas funções, em conformidade com a legislação nacional em vigor.

4. De acordo com suas leis e regulamentos nacionais, cada Parte deverá garantir que qualquer entidade sob sua jurisdição que possa receber ou gerar Informação Classificada possua a apropriada Habilitação de Segurança e seja capaz de proporcionar proteção adequada à mesma, conforme disposto no parágrafo 1 do Artigo IV deste Acordo, no Nível de Classificação de Sigilo apropriado.

Artigo VII

Tradução, Reprodução e Destruição de Informação Classificada

1. Todas as traduções e reproduções de Informação Classificada devem possuir as apropriadas marcas de Nível de Classificação de Segurança e devem ser protegidas e controladas pelas Partes, como os originais;

2. Todas as traduções de informações classificadas deverão conter uma anotação adequada, na língua para a qual foram traduzidas, indicando que contêm informação classificada da Parte de Origem;

3. De acordo com o Artigo VI parágrafo 3 deste Acordo, os tradutores devem possuir uma Credencial de Segurança Pessoal no nível de sigilo da Informação Classificada a ser traduzida;

4. A Informação Classificada marcada como ULTRASSECRETO somente poderá ser traduzida ou reproduzida mediante autorização prévia por escrito da Parte de Origem.

5. O número de reproduções deve ser limitado ao mínimo necessário para sua finalidade oficial, e deve ser feito apenas por indivíduos com Credencial de Segurança Pessoal apropriado e Necessidade de Conhecer.

6. As informações classificadas recebidas nos termos deste Acordo não serão

destruídas. Quando não for mais considerado necessário pela Parte Receptora, será devolvido à Parte de Origem.

Artigo VIII
Transmissão entre as Partes

1. A Informação Classificada será transmitida entre as Partes através dos canais diplomáticos ou conforme acordado pelas Partes.

2. A Informação Classificada deve ser transmitida através de sistemas de comunicações protegidos, redes ou outros meios eletromagnéticos protegidos que tenham sido acordados por ambas as Partes.

3. A Informação Classificada marcada como ULTRASSECRETA deve ser enviada somente por canais diplomáticos.

4. A Parte Receptora não transmitirá Informação Classificada a Terceira Parte, sem a prévia aprovação por escrito da ANS da Parte de Origem.

Artigo IX
Visitas

1. Visitas às instalações onde a Informação Classificada é manuseada ou armazenada estarão sujeitas à aprovação prévia da Autoridade de Segurança Nacional da Parte anfitriã, a menos que de outra forma mutuamente aprovada.

2. O pedido de visita deve ser submetido à Autoridade de Segurança Nacional da Parte anfitriã e deve incluir os seguintes dados a serem utilizados apenas para a finalidade da visita:

a) o nome do visitante, data e local de Nascimento, nacionalidade e número de carteira de identidade/passaporte;

b) cargo e função do visitante, bem como o nome e endereço da instalação onde ele/ela está empregado;

c) especificação do projeto em que o visitante está participando;

d) a validade e o nível da Credencial de Segurança Pessoal do visitante;

e) o nome, endereço, número de telefone, e-mail e ponto de contato das instalações a serem visitadas;

f) o objetivo da visita, incluindo a entidade que se pretende visitar

e o nível mais alto de classificação de sigilo de informação classificada envolvida;

g) a data e a duração da visita. Para visitas recorrentes, deve ser indicado o período total das visitas; e

h) Identificação da autoridade requerente.

3. O pedido de visita deverá ser apresentado pelo menos 30 (trinta) dias antes da visita, a menos que de outra forma mutuamente aprovada pelas Autoridades Nacionais de Segurança.

4. Qualquer Informação Classificada compartilhada para o visitante será considerada como Informação Classificada recebida nos termos deste Acordo. O visitante deverá cumprir as normas de segurança da Parte anfitriã.

5. As visitas serão autorizadas por uma das Partes aos visitantes da outra Parte, apenas se esses:

a) possuírem Credencial de Segurança Pessoal válida concedida por seu país de origem; e

b) estiverem autorizados a receberem ou terem acesso à Informação Classificada de acordo com o Princípio da Necessidade de Conhecer.

6. Uma vez autorizada a Visita, a Autoridade Nacional de Segurança do país anfitrião deverá notificar a Autoridade de Segurança Nacional do país do visitante sobre sua autorização com antecedência mínima de 10 (dez) dias da visita prevista e fornecerá uma cópia do pedido e da autorização à entidade a ser visitada.

Artigo X

Contratos Classificados relacionados a este Acordo

1. No caso de Contratos Classificados celebrados e implementados no território de uma das Partes, a NSA da outra Parte deverá obter uma garantia prévia por escrito de que o Contratado proposto detém as FSC e PSC necessárias ao nível apropriado.

2. O Contratante compromete-se, sob a supervisão da respectiva Autoridade, a:

a) possuir a devida Habilitação de Segurança de Instalação;

b) garantir que todas as pessoas com acesso a Informação Classificada possuam Credencial de Segurança Pessoal apropriada e sejam informadas de sua responsabilidade em relação à sua proteção, de acordo com as leis e regulamentos; e

c) não divulgar ou permitir a divulgação da Informação Classificada a um

terceiro não expressamente autorizado por escrito pela Parte de Origem.

3. Para cada contrato adjudicado, a Parte de Origem informará a Parte Receptora do Nível de Classificação de Segurança da Informação transferida.

4. Os Contratos Classificados também devem fornecer estes termos adicionais:

a) responsabilidade pelo não cumprimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis à Informação Classificada;

b) obrigação de informar qualquer Violação de Segurança ou comprometimento de Informação Classificada à sua Autoridade Nacional de Segurança;

c) responsabilidade pelos danos resultantes de Violação de Segurança.

5. Qualquer subcontratante deve cumprir as mesmas obrigações de segurança que o Contratante.

Artigo XI
Material

1. Para todos os contextos relacionados a este Acordo, qualquer material classificado nos Emirados Árabes Unidos será considerado pela Parte Brasileira como "Material de Acesso Restrito", conforme estabelecido na regulamentação brasileira, e será tratado de acordo com as medidas e procedimentos apropriados que devem estar em conformidade com o seu nível equivalente de classificação de segurança dos Emirados Árabes Unidos, conforme estabelecido no Artigo III deste Acordo.

2. Qualquer Material que contenha Informação Classificada, originada pela Parte Brasileira e por ela considerado "Material de Acesso Restrito", será categorizado pela Parte dos Emirados Árabes Unidos, segundo o mais alto nível de classificação de segurança das informações nele contida, conforme estabelecido no Artigo III deste Acordo.

3. Qualquer Material que não contenha Informação Classificada, originado por qualquer das Partes e considerado "Material de Acesso Restrito", será categorizado como restrito pela outra Parte.

Artigo XII
Autoridades Nacionais de Segurança e Cooperação em Segurança

1. As Autoridades Nacionais de Segurança responsáveis pela implementação e supervisão do presente acordo serão:

Na República Federativa do Brasil:

Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República Federativa do Brasil

Nos Emirados Árabes Unidos:
As Forças Armas dos Emirados Árabes Unidos:

2. Cada Parte fornecerá à outra, por escrito, os dados de contato de suas respectivas Autoridades de Segurança Nacional.

3. As Autoridades de Segurança Nacional deverão informar mutuamente sobre suas respectivas leis e regulamentos nacionais em vigor que regulam a segurança da Informação Classificada.

4. As Autoridades de Segurança Nacional deverão informar mutuamente sobre quaisquer alterações que lhes digam respeito ou sobre as Credenciais de Segurança de indivíduos, agências e entidades.

5. Com o objetivo de assegurar uma estreita cooperação na aplicação do presente Acordo, as Autoridades Nacionais de Segurança podem ser consultadas sempre que solicitado por uma delas.

6. Representantes da Autoridade Nacional de Segurança de uma Parte poderão visitar os estabelecimentos da Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte com o intuito de adquirir conhecimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis à Informação Classificada.

7. As Partes, por intermédio das suas Autoridades Nacionais de Segurança, deverão informar mutuamente, e tempestivamente, de quaisquer alterações no título desses organismos ou das transferências das suas competências para outros órgãos.

8. Se solicitado, as Partes, por meio de suas Autoridades Nacionais de Segurança, levando em conta as respectivas leis e regulamentos nacionais, colaborarão entre si durante os procedimentos necessários para o Credenciamento de Segurança de Pessoas que viveram ou vivem em território da outra parte.

9. As Partes reconhecem mutuamente as Credenciais de Segurança de Pessoas e as Habilitações de Segurança de Instalações emitidas.

10. As Partes deverão prontamente informar mutuamente acerca de qualquer mudança quanto ao reconhecimento de Credenciais de Segurança de Pessoas e as Habilitações de Segurança de Instalações.

11. Para alcançar e manter os padrões comparáveis de segurança, as Autoridades Nacionais de Segurança deverão, mediante solicitação, prestar informações mútuas sobre seus procedimentos nacionais de segurança, normas e práticas de segurança para a proteção de Informação Classificada. Se necessário, as Autoridades Nacionais de Segurança poderão realizar reuniões regulares.

12. Mediante solicitação, as Partes fornecerão assistência mútua na realização de Credenciamento de Segurança de Pessoas.

Artigo XIII
Violação de Segurança

1. No caso de uma Violação de Segurança relacionada a Informação Classificada que envolva as Partes deste Acordo, a Autoridade de Segurança Nacional da Parte em que a Violação de Segurança ocorrer informará imediatamente à Autoridade de Segurança Nacional da outra Parte.

2. Quando a Violação de Segurança ocorrer com uma Terceira Parte, a Autoridade de Segurança Nacional da Parte de Origem informará à Autoridade de Segurança Nacional da outra Parte, o mais breve possível, e garantirá uma apropriada investigação.

3. A Parte competente tomará todas as medidas de acordo com as leis e regulamentos nacionais, de modo a limitar as conseqüências da Violação mencionada no Parágrafo 1 deste Artigo e evitar futuras violações. Mediante pedido, a outra Parte prestará assistência adequada; deverá ser informado o resultado do processo e das medidas tomadas em virtude da Violação de Segurança.

4. A Parte onde a Violação de Segurança acontecer deverá investigar ou acompanhar a investigação do incidente e, no final, informar imediatamente a outra Parte sobre o resultado da investigação e as medidas corretivas aplicadas.

5. A outra Parte deverá, quando demandada, cooperar com a investigação.

Artigo XIV
Custos

Cada Parte deverá arcar com os custos de suas próprias despesas resultantes da implementação e supervisão de todos os aspectos do presente Acordo.

Artigo XV
Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia que surgir entre as Partes em relação à interpretação ou aplicação do presente Acordo, ou qualquer assunto relacionado, deverá ser resolvida, se necessário, por meio de consultas e negociações entre as Partes, por meio de canais diplomáticos. As Partes poderão acordar em iniciar as negociações no prazo de 30 (trinta) dias, ou menos, a partir da data em que uma das Partes receber uma notificação por escrito da outra Parte.

2. Nenhuma controvérsia ou discordância poderá ser encaminhada a qualquer tribunal internacional ou Terceira Parte para solução.

3. Os procedimentos de resolução de controvérsias entre ambas as Partes serão conduzidos com base no princípio da confidencialidade.

4. Durante o período de resolução de controvérsia, ambas as Partes continuarão a cumprir todas as suas obrigações no âmbito do presente Acordo.

Artigo XVI
Comunicações

Todas as comunicações entre as Partes relacionadas à implementação deste Acordo deverão ser feitas por escrito, em inglês.

Artigo XVII
Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta) dias após o recebimento da última notificação, por qual das Partes tenham informado uma à outra, por via diplomática, de que os seus requisitos legais internos necessários para sua entrada em vigor foram cumpridas.

Artigo XVIII
Emendas

1. O presente Acordo poderá ser alterado a qualquer momento, por escrito, por consentimento mútuo das Partes.

2. As emendas entrarão em vigor de acordo com os termos estabelecidos no Artigo XVII do presente Acordo.

Artigo XIX
Vigência e Rescisão

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por tempo indeterminado.

2. Qualquer uma das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo mediante notificação por escrito à outra Parte.

3. A rescisão deverá ser notificada por via diplomática e deverá entrar em vigor após 6 (seis) meses da data em que a outra Parte tenha recebido a notificação de rescisão.

4. Em caso de rescisão, qualquer Informação Classificada trocada nos termos do presente Acordo, continuará a ser protegida em conformidade com as disposições aqui estabelecidas, a menos que a Parte de Origem isente a Parte Receptora dessa obrigação.

Artigo XX
Disposições Finais

As Partes deverão imediatamente notificar uma à outra, quaisquer alterações em sua respectiva legislação nacional que afete a proteção de Informação Classificada fornecida com base no presente Acordo. No caso de tais alterações, as Partes deverão se consultar e considerar a possibilidade de realizar alterações neste Acordo. Nesse meio tempo, a informação classificada continuará a ser protegida como aqui descrito, salvo pedido em contrário da Parte de Origem, por escrito.

Feito em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019, em dois originais, nos idiomas Árabe, Português e Inglês, sendo todos os textos igualmente idênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em Inglês prevalecerá.

Em testemunho do mesmo, as Partes assinam este Acordo no dia e ano acima mencionados.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Ernesto Araújo
Ministro das Relações Exteriores

PELOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

Mohammed Bin Ahmed Al Bawardi
Ministro de Estado para Negócios de Defesa

Augusto Heleno Ribeiro Pereira
Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional

AGREEMENT BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE UNITED ARAB EMIRATES ON THE EXCHANGE AND MUTUAL PROTECTION OF CLASSIFIED INFORMATION AND MATERIAL

The Federative Republic of Brazil

and

The United Arab Emirates,
hereinafter referred to as "Parties", or, individually, as a "Party",

In the interest of national security and for the purpose of ensuring the protection of Classified Information and Material exchanged within the sphere of cooperation treaties or contracts entered into between them, their accredited individuals, bodies, as well as public or private entities;

Wishing to establish a set of rules and procedures about the protection of Classified Information and Material in accordance with the national laws and regulations of the Parties;

Confirming that this Agreement shall not affect the commitments of both Parties which stem from other international agreements and that it shall not be used against the interests, security and territorial integrity of other states,

have agreed as follows:

Article I
Object and Scope of Application

The present Agreement establishes rules and procedures for the protection of Classified Information and Material exchanged and generated in the process of cooperation, in respect of their national interests and security, between the aforementioned Parties, their accredited individuals, agencies and entities.

Article II
Definitions

For the purpose of the present Agreement, the term:

a) Classified Contract: means any contract or sub-contract including the pre-contractual negotiations, between two or more Contractors creating and defining enforceable rights and obligations between them, which contains or provides for access to Classified Information;

b) Classified Information: means the information, regardless of its form, nature, and means of transmission, determined according to the respective Laws and Regulations of both Parties, protected against unauthorized access or disclosure, which has been classified and is exchanged between, or generated by the Parties;

c) Compromise: designates any form of misuse, damage or unauthorized access, alteration, disclosure or destruction of Classified Information, as well as any other action or inaction, due to a Security Breach, resulting in loss of its confidentiality, integrity, availability or authenticity;

d) Contractor: means an individual, agency or entity possessing the legal capacity to conclude contracts;

e) Facility Security Clearance (FSC): means a determination by the National Security Authority of a Party that a public or private entity located in its country is security cleared and has in place appropriate security measures within a specific facility for the Treatment of Classified Information, in accordance with the national laws and regulations;

f) National Security Authority (NSA): designates the state body specified by the national legislation of the Parties which is specially authorized in the sphere of protection of Classified Information;

g) Need to Know: designates the condition by which access to Classified Information may be granted to an individual who has a verified requirement for knowledge of or possession of such information in order to be able to perform official duties and tasks;

h) Originating Party: means the Party, including any public or private entities under its jurisdiction, that created the classified information;

i) Personnel Security Clearance (PSC): means a determination by the National Security Authority of a Party that an individual has been security cleared for the Treatment of Classified Information, in accordance with its national laws and regulations; on the basis of which the individual is authorized to have the access and to handle Classified Information up to the level defined in the clearance;

j) Receiving Party: means the Party, including any public or private entities under its jurisdiction, which receives Classified Information;

k) Security Breach: means the action or omission, whether intentional or accidental, which results in the actual or possible Compromise of Classified Information;

l) Security Classification Level: means category, according to the national laws and regulations of the Parties, which characterizes the importance of Classified Information, the level of restriction of access to it and the level of its protection by the Parties, and also the category on the basis of which information is marked;

m) Security Clearance: designates the process for issuing a FSC or PSC by the National Security Authority, in conformity with the national laws and regulations of the Parties;

n) Third Party: designates the states, any international organization, Governments or individual representing state bodies or organizations, including any public and private entities, which are not Parties to this Agreement;

o) Treatment of Classified Information: designates a set of actions relating to production, reception, classification, use, access, reproduction, transportation, transmission, distribution, archiving, storage, disposal, evaluation, destination or control of Classified Information at any classification level.

p) Visit: means any access to public and private entities, for the purpose of this Agreement, which includes the handling of Classified Information.

Article III

Security Classification Levels

1. In accordance with the national laws and regulations, the Parties agree that the Security Classification Levels shall correspond to one another as follows and be considered as equivalent:

In the United Arab Emirates (correspondent Language)	**Equivalent in English**	**In the Federative Republic of Brazil** (Português)
سري للغاية	Top Secret	ULTRASSECRETO
سـري	Secret	SECRETO
مكتـــوم	Confidential	
محظـــور	Restricted	RESERVADO

2. Any Classified Information provided under this Agreement shall be marked with the appropriate Security Classification Level according to the national laws and regulations of the Originating Party.

3. The Parties shall mark all the Classified Information received from the other Party with an equivalent Security Classification Level according to paragraph 1 of this Article.

4. The Parties shall notify each other of any changes to the Security Classification Levels as specified in paragraph 1 and about all subsequent classification alterations to the transmitted Classified Information.

5. The Originating Party shall notify, without delay, the Receiving Party of any changes to the Security Classification Level of the transmitted Classified Information.

Article IV
Protection of Classified Information

1. The Parties shall take all appropriate measures to ensure that the level of protection granted to Classified Information received shall be in accordance with their equivalent Security Classification Level as stated in Article III of this Agreement.

2. Nothing in this Agreement shall cause prejudice to the national laws or regulations of the Parties regarding the rights of individuals to obtain access to public documents or access to information of public character, the protection of personal data or the protection of Classified Information.

3. In accordance with national laws and regulations, each Party shall ensure that appropriate measures are implemented for the protection of Classified Information and its treatment.

Article V
Disclosure and use of Classified Information

1. Each Party shall ensure that Classified Information provided or exchanged under this Agreement is not:

a) declassified or downgraded without the prior written consent of the Originating Party;

b) used for purposes other than those established by the Originating Party;

c) disclosed to any Third Party without the prior written consent of the Originating Party. In this case, an appropriate agreement or contract for the protection of Classified Information must be in place with the Third Party concerned.

Article VI

Access to Classified Information

1. Each Party shall ensure that access to Classified Information is granted based on the principle of Need to know.

2. Each Party shall ensure that all individuals granted access to Classified Information are informed of their responsibilities to protect such information in accordance with the appropriate security regulations.

3. The Parties shall ensure that access to Classified Information is granted only to individuals who hold an appropriate PSC or who are otherwise duly authorized by virtue of their functions in accordance with national legislation.

4. In accordance with its national laws and regulations, each Party shall ensure that any entity under its jurisdiction that may receive or generate Classified Information be appropriately security cleared and be capable of providing suitable protection, as provided for in Paragraph 1 of Article IV of this Agreement, at the appropriate Security Classification Level.

Article VII

Translation, Reproduction and Destruction of Classified Information

1. All translations and reproductions of Classified Information shall bear the appropriate Security Classification Levels and shall be protected and controlled as the original by the Parties accordingly.

2. All translations of Classified Information shall contain a suitable annotation, in the language to which they were translated, indicating that they contain Classified Information of the Originating Party.

3. In accordance with Article VI paragraph 3 of this Agreement the translators must have an appropriate PSC in the level of secrecy of the Classified Information to be translated.

4. Classified Information marked as TOP SECRET shall be translated or reproduced only upon prior written permission of the Originating Party.

5. The number of reproductions shall be limited to the minimum required for an official purpose, and shall be made only by individuals with an appropriate PSC and a Need to Know.

6. Classified Information received under this Agreement shall not be destroyed. When it is no longer considered necessary by the Receiving Party it shall be returned to the Originating Party.

Article VIII
Transmission between the Parties

1. The Classified Information shall be transmitted between the Parties through diplomatic channels or as agreed by the Parties.

2. The Classified Information must be transmitted through protected communications systems, networks, or other protected electromagnetic media agreed by both Parties.

3. Classified Information marked as TOP SECRET shall be sent only through diplomatic channels.

4. The Receiving Party shall not transmit Classified Information to a Third Party, without the prior written approval of the NSA of the Originating Party.

Article IX
Visits

1. Visits to facilities where Classified Information is handled or stored shall be subject to prior approval by the National Security Authority of the host Party, unless otherwise mutually approved.

2. A request for a Visit shall be submitted to the National Security Authority of the host Party and shall include the following data that shall be used for the purpose of the visit only:

a) the visitor's name, date and place of birth, nationality and identification card/passport number;

b) position and function of the visitor as well as the name and address of the facility where he/she is employed;

c) specification of the project in which the visitor is participating;

d) the validity and level of the visitor's PSC;

e) the name, address, phone number, e-mail and point of contact of the facility to be visited;

f) the purpose of the Visit, including the entity that they intend to visit and the highest security classification level of Classified Information involved;

g) the date and duration of the visit. For recurring visits, the total period covered by the visits shall be stated; and

h) Identification of the requesting authority.

3. A request for a Visit shall be submitted at least 30 (thirty) days prior to the expected date of the visit unless otherwise mutually approved by the National Security Authorities.

4. Any Classified Information released to a visitor shall be considered as Classified Information received under this Agreement. A visitor shall comply with the security regulations of the host Party.

5. The visits shall be authorized by one Party to the visitors of the other Party, only if those:

a) have valid Personal Security Clearance granted by their country of origin; and

b) are authorized to receive or have access to the Classified Information according to the Need to Know principle.

6. Once the Visit is authorized, the National Security Authority of the host country shall notify the National Security Authority of the visitor's country about its authorization with a minimum notice of 10 (ten) days to the expected date of the Visit and supply a copy of the request and of the authorization to the entity to be visited.

Article X

Classified Contracts related to this agreement

1. In case of Classified Contracts concluded and implemented in the territory of one of the Parties, the NSA of the other Party shall obtain prior written assurance that the proposed Contractor holds the necessary FSC's and PSC's of an appropriate level.

2. The Contractor commits itself, under the supervision of the respective NSA, to:

a) have appropriate Facility Security Clearance;

b) ensure that all persons with access to Classified Information have appropriate Personal Security Clearance and are informed of their responsibility towards their protection, according to laws and regulations; and

c) not disclose, or permit the disclosure of, the Classified Information to a Third Party not expressly authorized in writing by the Originating Party.

3. For each contract awarded the Originating Party shall inform the Receiving Party of the level of the Classified Information transferred.

4. The Classified Contracts must also provide these additional terms:

a) liability for the non-compliance with the Security procedures and measures applicable to the Classified Information;

b) obligation of informing any Security Breach or Compromise of Classified Information to its National Security Authority;

c) liability for the damages resulting from Security Breaches.

5. Any subcontractor must fulfill the same security obligations as the Contractor.

Article XI

Material

1. For all contexts related to this Agreement, any United Arab Emirates classified material will be considered by the Brazilian Party as "Restricted Access Material", as established in the Brazilian regulations, and it will be treated according to the appropriate measures and procedures that shall be in conformity with their equivalent United Arab Emirates security classification level, as stated in the Article III of this Agreement.

2. Any Material containing Classified Information, originated by the Brazilian Party and considered by it "Restricted Access Material", shall be categorized by the United Arab Emirates Party according to the highest level of information security classification that it contains, as stated in the Article III of this Agreement.

3. Any Material not containing Classified Information, originated by any Party and considered by it "Restricted Access Material", shall be categorized as restricted by the other Party.

Article XII

National Security Authorities and Security Cooperation

1. The National Security Authorities responsible for the implementation and supervision of the present Agreement shall be:

In the Federative Republic of Brazil:
Minister of State Chief of the Institutional Security Cabinet of the Presidency of the Federative Republic of Brazil

In the United Arab Emirates
The Armed Force of the United Arab Emirates

2. Each Party shall provide the other the necessary contact data of their respective National Security Authorities in writing.

3. The National Security Authorities shall inform each other about their respective national laws and regulations in effect that regulate the security of Classified Information.

4. The National Security Authorities shall inform each other about any modifications concerning them or regarding the Security Clearances of individuals, agencies and entities.

5. Aiming at ensuring a close cooperation in the application of the present Agreement, the National Security Authorities may be consulted whenever it is requested by one of them.

6. Representatives of the National Security Authority of one Party may visit the establishments of the National Security Authority of the other Party with the intent of acquiring knowledge of security procedures and measures applicable to Classified Information.

7. The Parties, through their National Security Authorities, shall inform each other, in time, on any changes in the title of such bodies or transfers of its competences to other bodies.

8. If requested, the Parties, through their National Security Authorities, bearing in mind the respective national laws and regulations, shall collaborate with each other in the course of the necessary procedures for the Personnel Security Clearance of their individuals that have lived or live in the territory of the other Party.

9. The Parties mutually recognize each other's Personnel Security Clearances and Facility Security Clearances issued.

10. The Parties shall promptly inform each other about any changes in mutually recognized FSC's and PSC's.

11. To achieve and maintain comparable standards of security, the National Security Authorities shall, on request, provide each other with information about their national security standards, procedures and practices for the protection of Classified Information. If required, the National Security Authorities may conduct regular meetings.

12. Upon request, the Parties shall provide mutual assistance in carrying out Personnel Security Clearances.

Article XIII

Security Breach

1. In case of a Security Breach related to Classified Information that involves the Parties of this agreement, the National Security Authority of the Party where the

Security Breach happens shall immediately inform the National Security Authority of the other Party.

2. When the Security Breach has occurred in a Third Party, the National Security Authority of the Originating Party shall inform the National Security Authority of the other Party, as soon as possible, and ensure the appropriate investigation.

3. The competent Party shall undertake all measures in accordance with the national laws and regulations so as to limit the consequences of the breach referred to in Paragraph 1 of this Article and to prevent further breaches. On request, the other Party shall provide appropriate assistance; it shall be informed of the outcome of the proceedings and the measures undertaken due to the breach.

4. The Party where the Security Breach happens shall investigate or accompany the investigation of the incident and, at the end, immediately inform the other Party about the result of the investigation and the applied corrective measures.

5. The other Party shall, if required, cooperate in the investigation.

Article XIV
Costs

Each Party shall bear the costs of its own expenses resulting from the implementation and supervision of all aspects of the present Agreement.

Article XV
Dispute Resolution

1. Any dispute that should arise between the Parties regarding the interpretation or application of the present Agreement, or any related matter, shall be resolved, if necessary, by consultations and negotiations between the Parties, through diplomatic channels. The Parties may agree to start negotiations within 30 (thirty) days or less from the date on which either Party receives a written notification from the other Party.

2. No dispute or disagreement may be referred to any international court or third Party for settlement.

3. Dispute settlement procedures between both Parties shall be conducted on the basis of the principle of confidentiality.

4. During the period of resolution of the dispute, both Parties shall continue to fulfill all of their obligations under this Agreement.

Article XVI
Communications

All communications between the Parties related to the implementation of this Agreement shall be made in writing, in English.

Article XVII

Coming into force

The present Agreement shall come into force 30 (thirty) days after the reception of the last notification, by which the Parties have informed each other, through diplomatic channels that their internal legal requirements necessary for its entry into force were complied with.

Article XVIII

Amendments

1. The present Agreement may be amended at any time, in writing, by mutual consent of the Parties.

2. The amendments shall come into force in accordance with the terms established in Article XVII of the present Agreement.

Article XIX

Validity and Termination

1. This Agreement shall remain in force indefinitely.

2. Any Party may, at any time, terminate this Agreement by written notification to the other Party.

3. The termination must be notified by diplomatic channel and shall come into effect after six (6) months from the date on which the other Party has received the termination notice.

4. In case of termination, any Classified Information exchanged in the terms of the present Agreement, shall continue to be protected in accordance with the provisions set out herein, unless the Originating Party exempts the Receiving Party from that obligation.

Article XX

Final Provisions

The Parties shall promptly notify each other of any changes to its respective national laws or regulations that affect the protection of Classified Information released under this Agreement. In the event of such changes, the Parties shall consult to consider possible changes to this Agreement. In the meantime, the Classified Information shall continue to be protected as described herein, unless otherwise requested by the Originating Party in writing.

Done in Abu Dhabi, on the 27 of October of 2019, in two originals, each in the Arabic, Portuguese and English languages, all texts being equally authentic. In case of divergences of interpretation, the English text shall prevail.

In witness thereof, the Parties hereto have executed this Agreement under seal as of the day and year first above mentioned.

FOR THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

Ernesto Araújo
Minister of Foreign Affairs

FOR THE UNITED ARAB EMIRATES

Mohamed Bin Ahmed Al Bawardi
Minister Of State For Defense Affairs

Augusto Heleno Ribeiro Pereira
Minister of the Institutional Security Cabinet

جمهورية البرازيل الاتحادية

دولة الإمارات العربية المتحدة

اتفاقية بين جمهورية البرازيل الاتحادية ودولة الإمارات العربية المتحدة

بشأن

الحماية المتبادلة والمشتركة للمعلومات والمواد المصنفة

محظور

اتفاقية بين جمهورية البرازيل الاتحادية ودولة الإمارات العربية المتحدة
بشأن
الحماية المتبادلة والمشتركة للمعلومات والمواد المصنفة

إن جمهورية البرازيل الاتحادية

و

دولة الإمارات العربية المتحدة

يشار إليهما فيما يلي بـِ "الطرفين" أو بشكل فردي بـِ "الطرف".

إذ تضعان في اعتبارهما مصالح الأمن الوطني، وضمان الحماية المتبادلة والمشتركة للمعلومات والمواد المصنفة في إطار معاهدات التعاون أو العقود المبرمة بينهما، وبين الأفراد والهيئات المعتمدة، وكذلك الكيانات العامة والخاصة.

وإذ ترغبان في وضع مجموعة من القواعد والإجراءات المتعلقة بحماية المعلومات والمواد المصنفة وفقاً للقوانين والأنظمة المحلية لكلا الطرفين؛

وإذ تؤكدان على أن هذه الاتفاقية لا تؤثر على التزامات كلا الطرفين التي تنبع من اتفاقاتنا الدولية، والتي لا يجوز استخدامها ضد مصالح وأمن وسلامة أراضي الدول الأخرى.

فقد اتفق الطرفان على ما يلي:

المادة 1

هدف ونطاق التطبيق

يضع الاتفاق الحالي قواعد وإجراءات لحماية المعلومات والمواد التي يتم تبادلها وتوليدها في إطار التعاون، وفيما يتعلق بمصالحهما الوطنية والأمنية، بين الطرفين المشار إليهما أعلاه، وأفرادهما ووكالاتهما وكياناتهما المعتمدة.

المادة 2

التعريفات

لأغراض هذا الاتفاق، فإن مصطلح:

أ) **العقد المصنف:** ويعني أي عقد أو عقد بالباطن، بما في ذلك المفاوضات التي تسبق التعاقد بين اثنين أو أكثر من المتعاقدين الذين يضعون ويحددون الحقوق القابلة للإنفاذ في ما بينهما، التي تتضمن أو توفر إمكانية الوصول إلى المعلومات المصنفة.

ب) **المعلومات المصنفة:** وتعني المعلومات بغض النظر عن شكل وطبيعة ووسائل النقل، والتي تُحدَد وفقاً للقوانين واللوائح الخاصة بكل من الطرفين، والمحمية من الوصول أو الإفشاء غير المصرح به، والتي تم تصنيفها وتبادلها أو إنشاؤها من قبل الطرفين.

ج) **التسريب**: يحدد أي شكل من أشكال إساءة الاستخدام أو الضرر أو الوصول غير المصرح به أو تغيير أو إفشاء أو تدمير للمعلومات المصنفة، بالإضافة إلى أي إجراء أو تقاعس آخر مرده إلى خرق أمني، الأمر الذي يؤدي إلى فقدان سريتها، أو سلامتها أو توافرها أو صحتها؛

د) **المتعاقد**: ويعني الفرد أو الوكالة أو الكيان الذي يمتلك الأهلية القانونية لإبرام العقود؛

هـ) **التصريح الأمني للمنشآت**: ويقصد به التحديد الذي يتم من قبل السلطة الأمنية الوطنية لطرف من الأطراف، والذي يشير إلى أن أي كيان عام أو خاص موجود في بلده قد تم تدقيقه أمنياً، ووضْع تدابير أمنية مناسبة ضمن منشأة محددة لمعالجة المعلومات المصنفة وفقاً للقوانين واللوائح الوطنية؛

و) تحدِّد **سلطة الأمن الوطني:** هيئة الدولة المحددة بموجب التشريع الوطني للأطراف المخولة بصفة خاصة في حماية المواد المصنفة؛

ز) **الحاجة إلى معرفة** أو تحديد الشروط التي من خلالها يمكن لأي فرد الحصول على تصريح بالوصول إلى المعلومات المصنفة التي يتطلب منه معرفتها أو حيازة هذه المعلومات من أجل القيام بأداء المهام والواجبات الرسمية؛

ح) **الطرف المنشئ**: ويعني الطرف، بما في ذلك أية كيانات عامة أو خاصة، الذي يحق له بموجب اختصاصاته الإفراج عن المعلومات المصنفة.

ط) **التصريح الأمني للأفراد**: ويقصد به التحديد، الذي يتم من خلال سلطة أمنية وطنية لطرف ما، بمنح الفرد تصريحاً أمنياً لمعالجة المعلومات المصنفة، وفقاً لقوانينه ولوائحه الوطنية؛ والتي بموجبها يصرح للفرد بحرية الوصول والتعامل مع معلومات مصنفة حسب المستوى المحدد في التصريح؛

ي) **الطرف المستلم**: يعني الطرف، بما في ذلك أية كيانات عامة أو خاصة خاضعة لسلطتها القضائية التي تقوم باستلام المعلومات المصنفة؛

ك) **الخرق الأمني**: يعني الفعل أو الامتناع، سواء كان مقصوداً أو عرضياً، الذي ينتج عنه تسريب فعلي أو ممكن للمعلومات المصنفة؛

ل) **مستوى التصنيف الأمني**: يعني الفئة، وفقاً للقوانين واللوائح الوطنية للطرفين، التي تميز أهمية المعلومات السرية، ومستوى تقييد الوصول إليها، ومستوى حمايتها من قبل الطرفين، وكذلك الفئة التي على أساسها تم تصنيف المعلومات؛

م) **التصريح الأمني**: يحدد عملية إصدار التصريح الأمني للمنشأة أو التصريح الأمني للأفراد من قبل سلطة أمنية وطنية وفقاً للقوانين واللوائح الوطنية للطرفين؛

ن) **الطرف الثالث**: يُحدِّد الدول أو أية منظمة دولية أو حكومات أو أفراد يمثلون هيئات أو منظمات تابعة للدولة، بما في ذلك الكيانات العامة والخاصة التي ليست أطرافاً في هذه الاتفاقية؛

ص) **معالجة المعلومات المصنفة**: تُحدِّد مجموعة من الإجراءات ذات الصلة بإنتاج أو استقبال أو تصنيف أو استخدام أو إعادة إنتاج أو نقل أو إرسال أو حفظ أو تخزين أو التخلص من أو التقييم أو الوجهة النهائية أو التحكم في المعلومات المصنفة وحسب أي مستوى من التصنيف؛

ع) **الزيارة**: وتعني أي تصريح يمنح إلى جهات عامة وخاصة لأغراض هذا الاتفاق، والذي يتضمن التعامل مع المعلومات المصنفة؛

المادة 3

مستويات التصنيف الأمني

1. وفقاً للقوانين واللوائح الوطنية، يتفق الطرفان على أن مستويات التصنيف الأمني تستجيب لبعضها البعض على النحو التالي، وتُعتبَر متكافئة:

في دولة الإمارات العربية المتحدة (اللغة المقابلة)	يعادلها باللغة الإنجليزية	في جمهورية البرازيل الاتحادية (البرتغالية)
سري للغاية	Top Secret	ULTRASSECRETO
سري	Secret	SECRETO
مكتوم	confidential	
محظور	Restricted	RESERVADO

2. أية معلومات مصنفة مقدمة بموجب هذه الاتفاقية يجب أن تكون مصنفة حسب مستوى التصنيف الأمني وفقاً للقوانين واللوائح الوطنية للطرف المنشئ.
3. يضع الطرفان جميع المعلومات المصنفة الواردة من الطرف الآخر بمستوى تصنيف أمني مماثل وفقاً للفقرة 1 من هذه المادة.
4. يُخطِر الطرفان بعضهما البعض بأية تغييرات على مستويات التصنيف الأمني على النحو المحدد في الفقرة 1، وحول جميع التعديلات المصنفة اللاحقة على المعلومات المصنفة المرسلة.
5. على الطرف المنشئ أن يقوم، ودون تأخير، بإخطار الطرف المستلم بأية تغييرات على مستوى التصنيف الأمني للمعلومات المصنفة التي تم نقلها.

المادة 4

حماية المواد المصنفة

1. يتخذ الطرفان جميع التدابير المناسبة بشكل يضمن أن يكون مستوى الحماية الممنوحة للمعلومات المصنفة المستلمة مطابقاً لمستوى تصنيفها الأمني الموازي كما هو وارد في المادة الثالثة من هذه الاتفاقية.

2. يجب ألا يُلحِق أي شيء في هذا الاتفاق الضرر بالقوانين أو اللوائح الوطنية للأطراف فيما يتعلق بحقوق الأفراد حول الوصول إلى وثائق عامة أو الوصول إلى معلومات ذات طابع عام، وحماية البيانات المحظورة أو حماية المعلومات المصنفة.

3. يتعهد كل طرف، وفقاً للقوانين واللوائح الوطنية، بضمان تنفيذ التدابير الملائمة من أجل حماية المعلومات المصنفة ومعالجتها.

المادة 5

الإفصاح عن المعلومات المصنفة واستخدامها

1. على كل طرف التأكد من أن المعلومات المصنفة التي تم تقديمها أو تبادلها بموجب هذه الاتفاقية:

أ) لا يرفع تصنيفها السري ولا يخفض إلا بموافقة كتابية مسبقة من الطرف المنشئ؛

ب) لا تستخدم لأغراض غير تلك التي حددها الطرف المنشئ؛

جـ) لا تكشف لأي طرف ثالث دون الموافقة الكتابية المسبقة من الطرف المنشئ، وفي هذه الحالة يجب أن يكون هناك اتفاق أو تعاقد من أجل حماية المعلومات المصنفة مع الطرف الثالث المعني.

المادة 6

الوصول إلى المعلومات المصنفة

1. على كل طرف التأكد من أن الوصول إلى المعلومات المصنفة يتم منحه على أساس مبدأ "الحاجة إلى المعرفة".
2. . يكفل كل طرف أن يكون جميع الأفراد الذين مُنحوا حق الوصول إلى المعلومات المصنفة على علم بمسؤولياتهم لحماية هذه المعلومات وفقاً لتعليمات الأمن الملائمة.

محظور

3. تكفل الأطراف أن يتم منح حق الوصول إلى المعلومات المصنفة فقط للأفراد الذين يحملون تصريحاً أمنياً فردياً مناسباً، أو المخولين بذلك بحكم وظائفهم وفقاً للتشريعات الوطنية.

4. على كل طرف، وفقاً للقوانين والأنظمة الوطنية، أن يضمن التدقيق الأمني الملائم لأي كيان يكون خاضعاً لولايته القضائية وقد يتسلم أو ينتج معلومات مصنفة، وأن يكون قادراً على توفير الحماية المناسبة على النحو المنصوص عليه في الفقرة 1 من المادة 4 من هذه الاتفاقية، وعلى مستوى التصنيف الأمني المناسب.

المادة 7

ترجمة المواد المصنفة وإنتاجها وإتلافها

1. يجب أن تحمل جميع ترجمات ونسخ المعلومات المصنفة مستويات تصنيف أمنية مناسبة، وأن تتم حمايتها والسيطرة عليها بناء على ذلك في الأصل من قبل الأطراف المعنية.

2. يجب أن تحتوي كل ترجمات المعلومات المصنفة على الشرح المناسب، باللغة التي ترجمت إليها، مشيرة إلى أنها تحتوي على معلومات مصنفة تخص الطرف المنشئ.

3. على المترجمين، وفقاً للفقرة 3 من المادة السادسة من هذا الاتفاق، أن يحملوا تصاريح أمنية تتناسب ومستوى سرية المعلومات المصنفة التي تتم ترجمتها.

4. تتم ترجمة أو استنساخ المعلومات المصنفة على أنها (سري للغاية) فقط بموجب إذن كتابي من الطرف المنشئ.

5. يجب أن يبقى عدد النسخ المستنسخة عند الحد الأدنى المطلوب للأغراض الرسمية، ويجب أن يتم ذلك فقط من قبل الأفراد الذين يحملون تصاريح أمنية وحسب الحاجة للمعرفة.

6. لا يجوز إتلاف المعلومات المصنفة التي يتم استلامها بموجب هذه الاتفاقية، ويجب إعادتها إلى الطرف المنشئ في حال لم تعد تعتبر ضرورية من قبل الطرف المتلقي.

المادة 8

الانتقال بين الأطراف

1. تنتقل المعلومات المصنفة بين الأطراف من خلال القنوات الدبلوماسية أو حسب اتفاق الطرفين.

2. يجب أن ترسَل المعلومات المصنفة من خلال أنظمة الاتصالات المحمية أو الشبكات، أو غيرها من الوسائط الكهرومغناطيسية التي يوافق عليها الطرفان.
3. يجب إرسال المعلومات المصنفة بدرجة سري للغاية فقط من خلال القنوات الدبلوماسية.
4. لا يجوز للطرف المستقبل أن يرسل المعلومات المصنفة إلى طرف ثالث دون موافقة خطية مسبقة من سلطات الأمن الوطني للطرف المنشئ.

المادة 9

الزيارات

1. تخضع زيارة المنشآت التي يتم فيها تسليم أو تخزين المعلومات المصنفة إلى موافقة مسبقة من سلطات الأمن الوطني للطرف المستقبل ما لم يتفق الطرفان على غير ذلك.
2. يقدَّم طلب الزيارة إلى السلطة الوطنية للطرف المضيف، ويجب أن يشمل البيانات التالية التي يجب أن تستخدم لغرض الزيارة فقط:

أ) اسم الزائر وتاريخ ومكان الميلاد والجنسية ورقم بطاقة الهوية / جواز السفر.

ب) منصب ووظيفة الزائر واسم وعنوان المرفق الذي يعمل/تعمل فيه.

ج) مواصفات المشروع الذي يشارك الزائر فيه.

د) صلاحية ومستوى التصريح الأمني للزائر.

هـ) اسم وعنوان، ورقم هاتف وبريد إلكتروني ونقطة اتصال المنشأة التي ستتم زيارتها.

و) غرض الزيارة، بما في ذلك الجهة التي ستتم زيارتها والتصنيف الأمني الأعلى للمعلومات المصنفة ذات العلاقة.

ز) تاريخ وموقع هذه الزيارة أو الزيارات المتكررة، مع وجوب ذكر الفترة الكلية التي تغطيها الزيارات.

ط) تحديد السلطة الطالبة.

3. تقديم طلب زيارة قبل (30) يوماً على الأقل من الموعد المتوقع للزيارات، ما لم يتم الاتفاق على خلاف ذلك من قبل الجهات الأمنية الوطنية.
4. تعتبر المعلومات الرسمية التي يتم إصدارها للزائر بمثابة معلومات مصنفة يتم استلامها بموجب هذه الاتفاقية. ويجب أن يلتزم الزائر باللوائح الأمنية للطرف المضيف.
5. يقوم أحد الأطراف بتخويل زيارة الزائرين القادمين من الطرف الآخر، إلا إذا كان:

أ) لديهم تصريح شخصي أمني صالح تم منحه من بلد المنشأ. و

ب) لديهم صلاحية لتلقي المعلومات المصنفة أو الوصول إليها وفقا لمبدأ "الحاجة إلى المعرفة".

6. عند تخويل الزيارة، يجب أن تقوم سلطات الأمن الوطني في الدولة المضيفة بإشعار سلطات الأمن الوطني في دولة الزائر بالتخويل، وذلك ضمن فترة إشعار لا تقل عن (10) أيام من الموعد المتوقع للزيارة، وتقديم نسخة من الطلب والتصريح إلى الجهة التي ستتم زيارتها.

المادة 10

العقود المصنفة المتعلقة بهذه الاتفاقية

1. في حالة العقود المبرمة المصنفة والمنفذة في أراضي أحد الطرفين، ينبغي على سلطات الأمن الوطني للطرف الآخر أن تحصل على تأكيد خطي مسبق بأن المتعاقد المقترح يحمل التصاريح الأمنية اللازمة للمنشآت، والتصاريح الأمنية الشخصية للمستوى المناسب.
2. يلتزم المتعاقد تحت إشراف السلطة الأمنية الوطنية بما يلي:

أ) أن يكون لديه تصريح مناسب للمنشأة؛

ب) ضمان حصول جميع الأشخاص الذين لديهم إمكانية الوصول إلى المعلومات السرية على التصاريح الأمنية الشخصية المناسبة، وإبلاغهم بمسؤوليتهم عن حمايتها وفقاً للقوانين واللوائح؛ و

ج) عدم الإفصاح عن أو السماح بالإفصاح عن المعلومات المصنفة إلى طرف ثالث غير مصرح له بشكل صريح من قبل الطرف المنشئ.

3. على كل عقد ممنوح، ينبغي على الطرف المنشئ أن يبلغ الطرف المستلم بمستوى تصنيف المعلومات المنقولة.
4. يمكن أيضاً أن توفر العقود المصنفة الشروط الإضافية التالية:

أ) المسؤولية عن الامتثال للإجراءات والتدابير الأمنية المطبقة على المعلومات المصنفة؛

ب) الالتزام بالإبلاغ عن أي خرق أمني أو تسريب للمعلومات المصنفة إلى السلطة الأمنية الوطنية؛

ج) المسؤولية عن الأضرار الناجمة عن الخروقات الأمنية.

5. يجب على المتعاقد من الباطن الوفاء بنفس الالتزامات الأمنية التي يلتزم بها المتعاقد.

محظور

المادة 11

المواد

1. في جميع السياقات المتصلة بهذا الاتفاق، فإن أي معلومات مصنفة من دولة الإمارات العربية المتحدة سيتم اعتبارها من قبل الطرف البرازيلي على أنها "مواد محظور الوصول إليها"، كما تنص على ذلك اللوائح البرازيلية، وسيتم التعامل معها وفقاً للتدابير والإجراءات المناسبة لمستوى تصنيفها الأمني المماثل في دولة الإمارات العربية المتحدة، وكما هو منصوص عليه في المادة الثالثة من هذه الاتفاقية.
2. أي مادة تحتوي على معلومات مصنفة ينشئها الطرف البرازيلي، ويعتبرها "مواد محظور الوصول إليها"، ينبغي على الطرف الإماراتي تصنيفها وفقاً لأعلى مستوى تصنيف تشتمل عليه هذه المادة، وكما هو منصوص عليه في المادة الثالثة من هذه الاتفاقية.
3. أي مادة لا تحتوي على معلومات مصنفة، ينشئها أي طرف، ويعتبرها "مادة محظور الوصول إليها" يجب تصنيفها على أنها محظورة من قبل الطرف الآخر.

المادة 12

سلطات الأمن الوطني والتعاون الأمني

1. تكون سلطات الأمن الوطني المسؤولة عن تنفيذ هذه الاتفاقية والإشراف عليها هي:

في جمهورية البرازيل الاتحادية:

وزير مجلس الأمن المؤسسي لرئاسة جمهورية البرازيل الاتحادية

في دولة الإمارات العربية المتحدة

القوات المسلحة لدولة الإمارات العربية المتحدة

2. يقدم كل طرف للطرف الآخر تفاصيل الاتصال الضرورية لهيئات الأمن الوطني المعنية الخاصة به كتابةً.
3. تقوم سلطات الأمن الوطني بإبلاغ بعضها البعض بقوانينها ولوائحها الوطنية التي تنظم أمن المعلومات المصنفة.

4. تقوم سلطات الأمن الوطني بإبلاغ بعضها البعض بأية تعديلات تتعلق بها أو تصاريح أمنية للأفراد والوكالات والهيئات.
5. وبهدف ضمان التعاون الوثيق في تطبيق هذه الاتفاقية، يجوز استشارة هيئة الأمن الوطني كلما طلب ذلك من أحد الطرفين.
6. يجوز لممثلي هيئة الأمن الوطني في أحد الطرفين زيارة مؤسسات جهاز الأمن الوطني التابعة للطرف الآخر بقصد اكتساب معرفة تتعلق بالإجراءات والتدابير الأمنية المطبقة على المعلومات المصنفة.
7. يقوم الطرفان، من خلال سلطات الأمن الوطني، بإبلاغ بعضهما البعض، في الوقت المناسب، بأي تغييرات في أسماء هذه الهيئات أو نقل اختصاصاتها إلى هيئات أخرى.
8. عند الطلب، ينبغي على الطرفين، من خلال سلطاتهما الأمنية الوطنية، ومع الأخذ في الاعتبار القوانين واللوائح الوطنية ذات الصلة، التعاون مع بعضهما البعض في سياق الإجراءات اللازمة لإصدار التصاريح الأمنية للعاملين الذين عاشوا أو يعيشون في أراضي الطرف الآخر.
9. يعترف الطرفان بشكل متبادل بتصاريح أمن الموظفين وتصاريح أمن المنشآت الصادرة.
10. يقوم الطرفان بإبلاغ بعضهما البعض على الفور بأي تغييرات في التصاريح الأمنية للأفراد والتصاريح الأمنية للمنشآت المعترف بها بشكل متبادل.
11. ولتحقيق معايير أمنية متشابهة والحفاظ عليها، تقدم سلطات الأمن الوطنية لبعضها الآخر، بناء على الطلب، معلومات عن معاييرها وإجراءاتها وممارساتها المتعلقة بالأمن القومي لحماية المعلومات المصنفة. وإذا لزم الأمر، يجوز للسلطات الأمنية الوطنية عقد اجتماعات منتظمة.
12. ويقوم الطرفان، بناء على طلبهما، بتقديم المساعدة المتبادلة في إنجاز تصاريح أمن الموظفين.

المادة 13

الخرق الأمني

1. في حالة حدوث خرق أمني يتعلق بالمعلومات المصنفة التي تشترك فيها أطراف هذه الاتفاقية، تقوم سلطة الأمن القومي التابعة للطرف الذي يحدث فيه الخرق الأمني بإبلاغ سلطة الأمن القومي للطرف الآخر مباشرة.
2. في حالة حدوث خرق أمني من قبل طرف ثالث، ينبغي على السلطات الأمنية الوطنية التابعة للطرف المنشئ بإبلاغ السلطات الأمنية الوطنية التابعة للطرف الثاني في أسرع وقت ممكن، والتأكد من إجراء التحقيقات المناسبة.
3. يتخذ الطرف المختص جميع التدابير وفقاً للقوانين واللوائح الوطنية للحد من عواقب الخرق المشار إليه في الفقرة 1 من هذه المادة، والحيلولة دون وقوع مزيد من الخروقات. يقدم الطرف الآخر، عند الطلب، المساعدة المناسبة؛ ويتم إبلاغه بنتائج الإجراءات والتدابير المتخذة بسبب الخرق.
4. يقوم الطرف الذي يحدث فيه الاختراق الأمني بالتحقيق أو مرافقة التحقيق في الحادث، وفي النهاية، إبلاغ الطرف الآخر فوراً بنتائج التحقيق والتدابير التصحيحية المطبقة.
5. يتعاون الطرف الآخر، إذا لزم الأمر، في التحقيق.

المادة 14

التكاليف

يتحمل كل طرف تكاليف مصاريفه الخاصة الناتجة عن تنفيذ جميع جوانب هذه الاتفاقية والإشراف عليها.

المادة 15

حل النزاعات

1. أي نزاع ينشأ بين الطرفين فيما يتعلق بتفسير أو تطبيق هذه الاتفاقية، أو أي مسألة ذات صلة، يجب حله عن طريق المشاورات والمفاوضات بين الطرفين، من خلال القنوات الدبلوماسية. يجوز للطرفين الموافقة على بدء المفاوضات في غضون 30 (ثلاثين) يومًا أو أقل من التاريخ الذي يتلقى فيه أحد الطرفين إخطارًا كتابيًا من الطرف الآخر.

2. لا يجوز إحالة أي نزاع أو خلاف إلى أي محكمة دولية أو طرف ثالث للتسوية.
3. تتم إجراءات تسوية المنازعات بين الطرفين على أساس مبدأ السرِّية.
4. خلال فترة حل النزاع، يواصل الطرفان الوفاء بجميع التزاماتهما بموجب هذه الاتفاقية.

المادة 16

الاتصالات

تكون جميع الاتصالات بين الطرفين، والمتعلقة بتنفيذ هذه الاتفاقية، مكتوبة باللغة الإنجليزية.

المادة 17

سريان الاتفاقية

يبدأ سريان هذه الاتفاقية بعد ثلاثين (30) يوما من استلام آخر إخطار يبلغ فيه الطرفان بعضهما البعض، من خلال القنوات الدبلوماسية، بأن متطلباتهما القانونية الداخلية اللازمة لدخول الاتفاقية حيز التنفيذ قد تم الامتثال لها.

المادة 18

التعديلات

1. يجوز تعديل هذه الاتفاقية في أي وقت، كتابةً، عن طريق الموافقة المتبادلة بين الطرفين.
2. تدخل التعديلات حيز التنفيذ حسب الشروط المنصوص عليها في المادة 17 من هذه الاتفاقية.

المادة 19

الصلاحية والانتهاء

1. تبقى الاتفاقية سارية بشكل دائم.
2. يمكن لأي طرف إنهاء هذه الاتفاقية في أي وقت من خلال إخطار خطي للطرف الآخر.
3. ينبغي الإبلاغ بإنهاء الاتفاقية من خلال القنوات الدبلوماسية، ويدخل انتهاؤها حيز التنفيذ بعد مرور ستة شهور من تاريخ استلام الطرف الآخر لإخطار الإنهاء.

أحكام نهائية

يقوم الطرفان بإخطار بعضهما البعض على الفور بأي تغييرات في قوانينهما أو لوائحهما الوطنية التي تؤثر على حماية المعلومات المصنفة الصادرة بموجب هذه الاتفاقية. في حالة حدوث مثل هذه التغييرات، يجب على الطرفين التشاور للنظر في التغييرات المحتملة على هذه الاتفاقية، وفي الوقت نفسه، يجب الاستمرار في حماية المعلومات المصنفة كما هو موضح هنا، ما لم يطلب الطرف المنشئ خلاف ذلك كتابياً.

حررت في أبوظبي يوم الأحد 27 من أكتوبرمن 2019 في ثلاث نسخ أصلية كل منها "باللغة الأصلية للبلد"، وباللغتين البرتغالية والإنجليزية، وتعتبر جميع النصوص متساوية في الحجية. وفي حال وجود أي اختلاف في التفسير، يسود النص باللغة الإنجليزية.

وإشهاداً على ذلك، قام الطرفان بتنفيذ هذه الاتفاقية والمصادقة عليها اعتباراً من اليوم والسنة المشار إليهما أعلاه.

عن دولة الإمارات العربية المتحدة

محمد بن أحمد البواردي
وزير دولة لشؤون الدفاع

عن جمهورية البرازيل الاتحادية

إيرنيستو أراوجو
وزير الخارجية

أوغوستو هيلينو
رئيس وزراء مكتب الأمن المؤسسي